



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

ROMULO AUGUSTO FRIEDRICH SANT'ANA

**A ATUAÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR.**

ROMULO AUGUSTO FRIEDRICH SANT'ANA

**A ATUAÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final da Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal do Paraná- Setor
Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Jayson Azevedo Marsella de
Almeida Pedrosa Vaz Guimarães.

MATINHOS

2016



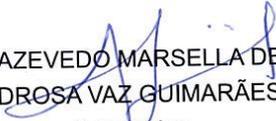
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora realizaram em 02/12/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de **RÔMULO AUGUSTO FRIEDRICH SANT ANA**, sob o título *A atuação das/dos assistentes sociais na Educação Infantil no Município de Matinhos/PR*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo o estudante sido Aprovado com APL.

Matinhos, 02 de dezembro de 2016.


DR. JAYSON AZEVEDO MARSELLA DE ALMEIDA
PEDROSA VAZ GUIMARÃES
Orientador


DRA. ÉDINA MAYER VERGARA
Integrante da Banca


VANDRA FERETTI
Integrante da Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas as pessoas envolvidas neste processo, que de alguma forma contribuíram para que eu terminasse esta graduação.

Agradeço também a minha família; meus genitores: Edemara Friedrich Sant'Ana e João Batista de Souza Sant'Ana e a meu irmão Caio Cesar Friedrich Sant'Ana.

Ao meu mediador Dr. Jayson Azevedo Marsella de Almeida Pedrosa Vaz Guimarães, pelas orientações e sugestões.

À Câmara do Curso de Serviço Social da UFPR Litoral, na figura de seus docentes:

Adriana Lucinda de Oliveira

Antonio Sandro Schuartz

Édina Mayer Vergara

Giselle Ávila Leal de Meirelles

Karla Ingrid Pinto Cuellar

Mirian Cristina Lopes

Silvana Maria Escorsim

Silvana Marta Tumelero

Aproveito, também, para agradecer a Cátedra de Servicio Social da Universidad Nacional de Mar del Plata, pela acolhida espetacular durante o meu intercâmbio realizado no primeiro semestre de 2015 e também agradeço aos amigos que lá conheci, que estão espelhados pelo mundo afora.

Meus agradecimentos aos amigos da turma de Serviço Social 2012 da UFPR Setor Litoral que fizeram parte da minha trajetória acadêmica.

Quero também agradecer as supervisoras de estágio: Célia Marques de Oliveira e aos profissionais do CMEI Quatro de Março, Juliane Gdla e aos colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba, Maria Cristina Dias de Lima e também aos profissionais do Setor de Serviço Social da Maternidade do Complexo Hospital de Clínicas – UFPR.

Agradeço também aos amigos e amigas: Regina Torres, Leticia de Cássia Ferraz Torres, Gabriele Paula de Oliveira, Júlia Maria Miranda, Carlos Gabriel Foroni, Douglair Albini Júnior, Diego Ferreira, Guilherme Neckel, Celina Machado, Náiade Rodrigues, Jean Carlos Prates, Priscila Daveis, Lucas Ferreira, Bia Fernandes, Júlio Plaisant, e Camila Valentim, Leda Labes, Gabriele Labes e a todos os seres humanos maravilhosos que tornaram possível este sonho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esforço, pois ele é resultado de quatro anos e meio de árdua luta para manter-me inserido no curso superior frente a todos os atravessamentos e dificuldades perpassados para concluí-lo.

A minha mãe Edemara Friedrich Sant'Ana, por sempre me incentivar a buscar os meus objetivos.

Ao meu pai João Batista por ter me ensinado a sempre lutar de cabeça erguida e ser justo em todas as circunstâncias da minha vida.

A Tia Maria de Souza Sant'Ana e a prima Janaina Ramos, por sempre me acolherem quando necessário para que pudesse cumprir meus compromissos acadêmicos em Curitiba/PR.

Agradeço a eles por tudo o que eu sou e a todos vocês eu dedico este trabalho.

Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado **A ATUAÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR** objetivou-se analisar os avanços e desafios da intervenção do profissional do Serviço Social junto ao CMEI Quatro de Março, localizado no município de Matinhos/PR. Neste estudo buscou-se problematizar a importância do profissional Assistente Social na área da educação infantil, apresentando as expressões da questão social no contexto inserido, bem como as políticas públicas sociais que permeia este contexto. A metodologia de pesquisa utilizada para compreender o objeto de estudo foi a pesquisa qualitativa, com a revisão de bibliográfica neste campo de conhecimento, e na pesquisa de campo foi utilizada a entrevista como técnica. Este trabalho aponta para os desafios profissionais postos na categoria profissional do Serviço Social, principalmente pela sua intervenção propositiva, cujo objetivo é alcançar mudanças significativa no contexto da realidade social dos sujeitos. Assim, conclui-se que além da necessidade de ter este profissional inserido no contexto escolar, é necessário sua efetivação e subsidio para a efetivação de sua prática.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão Social e Trabalho Profissional; Política Pública de Educação Infantil;

RESUMEN

Este curso de finalización del trabajo titulado LA EJECUCIÓN DEL / DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN LA INFANCIA TEMPRANA DE EDUCACIÓN MUNICIPIO MATINHOS/PR tuvo como objetivo analizar los avances y desafíos de la intervención profesional de Trabajo Social con el CMEI Quatro de Março, en el municipio de Matinhos/PR. En este estudio hemos tratado de poner en duda la importancia de la trabajadora social profesional en el área de la educación de la primera infancia, con las expresiones de la cuestión social en el contexto entrar, así como las políticas sociales que se respira en este contexto. La metodología de investigación utilizada para comprender el objeto de estudio fue la investigación cualitativa con la revisión de la literatura en este campo del conocimiento y la investigación de campo se utilizó la entrevista como técnica. Este trabajo apunta a los desafíos puestos profesionales en la categoría profesional de los servicios sociales, en especial por su intervención intencionada, cuyo objetivo es lograr cambios significativos en el contexto de la realidad social de los sujetos. Por lo tanto, se concluye que, además de la necesidad de este profesional se inserta en el contexto escolar, es necesario su ejecución y subvenciones para la realización de su práctica.

Palabras clave: Servicio social; Asuntos Sociales y Trabajo Profesional; Políticas Públicas de Educación Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Aproximação da Temática	11
Construindo Caminhos para Compreender o Objeto Estudado.....	13
CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: Apontamentos.....	19
1.1 O Serviço Social na Educação Infantil	19
1.2 O Projeto Ético Política do Serviço Social e a Articulação com a Política de Educação.....	25
1.3 O Serviço Social no CMEI Quatro de Março	28
CAPÍTULO II: AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NO CMEI QUATRO DE MARÇO.....	33
2.1: CMEI Quatro de Março: alguns apontamentos sobre os dados da evasão escolar.....	33
2.1.1 CMEI QUATRO DE MARÇO: compreendendo algumas expressões da questão social	34
2.1.2 CMEI QUATRO DE MARÇO: buscando alguns enfrentamentos das expressões da questão social.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	40

INTRODUÇÃO

Aproximação da Temática

A temática da Educação tem sido problematizada na sociedade Brasileira, por vários aspectos, dentre eles Mézáros (2008) destaca que somente o acesso à escola não é o suficiente para tirar das sombras do esquecimento social muitas pessoas cuja existência só está reconhecida em quadros estatísticos, partindo desta concepção, compreende-se que necessário ao Assistente Social que atua na política de educação elaborar projetos de intervenção que contemplem as/os alunos/as mas que atendam as suas respectivas redes familiares de apoio, tendo um foco libertador, que segundo o autor supracitado deve: *“transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo”* (CANÔAS, 2007 p. 164).

Neste sentido, faz-se necessário que a/o Assistente Social que trabalha nesta política atue com foco no rompimento com a lógica do capital, entendendo a educação como um processo de emancipação humana e cidadã e não com um viés de produção, de forma meritocrática. Deve-se então atuar na efetivação das Políticas Públicas e Sociais, trazendo aos sujeitos que estes direitos são frutos de longa luta da classe trabalhadora e que não são simplesmente uma benesse por parte do Estado. Além disto, é necessário ao Assistente Social atue na educação com um olhar libertador dos sujeitos. Conforme (MÉSZÁROS, 2008, p.11-15), uma educação para a além do capital deve:

[...] andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical “às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez conscientemente ou não o objetivo de uma transformação qualitativa, [...] construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades, por fim [...] educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital.

Compreendendo-se que na atuação profissional é necessário que a/o Assistente Social trabalhe em consonância com o Código de Ética da profissão e que este sempre posicione-se de forma favorável a equidade e justiça social, que a universalidade dos direitos seja assegurada e que a gestão disto ocorra de forma democrática entre os diversos sujeitos/atores sociais.

Diante ao supracitado, e reconhecendo a importância da inserção das/dos Assistentes Sociais na política de educação evidenciasse a necessidade de que este profissional estimule nas instituições de ensino formal o rompimento com a lógica do capital e que esteja pautada na sobrevivência humana. Feito isto, ao realizar-se esta ruptura promoverá-se um melhor entedimento da população, de modo geral, e que estes sujeitos somem forças contra os interesses neoliberais, reconhecendo que estas intenções não contemplam a sociedade.

Ao analisar a teoria Gramsciana, evidencia-se que este autor possuía um posicionamento democrático sobre a educação e que o sistema opera sempre em sua própria manutenção e dos sujeitos que compõem o seu alto escalão.

Atualmente, as classes subalternas já não estão mais dispostas a viver sob o domínio das classes dominantes, porém, ainda não encontraram uma forma de romper com o estabelecido.

Ao Assistente Social é requerido que ele reconheça suas demandas para que possa intervir nas mais variadas expressões da “Questão Social”, mas também é necessário que a/o Assistente Social esteja sempre em contato com a rede sócio assistencial para que seja desenvolvido um trabalho em conjunto, integrando outros profissionais, tendo ciência que o trabalho multiprofissional contribui muito para melhorar os serviços prestados por parte do Estado.

Atuar no desenvolvimento de ferramentas interdisciplinares que contemplem a redução do tempo de espera por parte das/dos usuárias/os para a obtenção de documentos/pareceres técnicos, que tenham ciência que a intervenção não ocorre somente nas visitas domiciliares e que ela deve ser constante. A/o Assistente Social deve utilizar todos os recursos disponíveis para mobilizar a comunidade de sua área, para que juntos lutem por melhorias na região. Pautando-se sempre na participação popular para que possam atuar contra o projeto neoliberal e defender os direitos constitucionais, conquistados arduamente pela sociedade brasileira.

A escola pública deve sempre observar se está proporcionando exclusão, violência, discriminação étnica, racial, de gênero, sexo, classe social, entre outras. Tendo em vista que a escola recebe todos os cidadãos e deve atuar para que não ocorra conflitos, tampouco, evasão escolar, reprovações por parte dos alunos, sempre

observando que estes fatores podem estar ligados a falta de trabalho, ou pela necessidade da inserção da criança e do adolescente ao trabalho, para que contribuam para a renda da família.

A escola pública brasileira assumiu um posicionamento democrático que busca envolver a comunidade em sua organização, sendo então criados dispositivos que melhorem a gestão e legitimem o interesse de todos os que participam da política de educação.

Ao analisar-se os diferentes segmentos da sociedade escolar, compreende-se que estes espaços contribuem de forma significativa para que a escola seja participativa e democrática e que suas intenções vão muito além dos muros das escolas.

O Serviço Social contribui para a Política de Educação, no que tange o direito de acesso e permanência dos alunos nas Escolas, que visem o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, assegurado pelo art. 53 do ECA – Lei nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, tal artigo versa que é necessário o preparo para o exercício da cidadania e que também aconteça a qualificação dos brasileiros para o mercado de trabalho, outro fator, não menos importante é a evasão escolar, que nada mais é que a negação do direito a educação, entendendo que é de competência do poder público zelar pela frequência escolar dos educandos à escola conforme o disposto no inciso 3º, da alínea VII do artigo 208 da Constituição Federal de 1988.

Construindo Caminhos para Compreender o Objeto Estudado

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93, cuja atuação profissional é normatizada no Código de Ética Profissional das/dos Assistentes Sociais.

A profissão possui foco de trabalho na área das políticas sociais, compromissada com a garantia e acesso da população brasileira aos direitos sociais.

Neste contexto, pretende-se aprofundar a temática do Serviço Social na área da Educação com o foco na educação infantil. Assim, este estudo objetivou-se

analisar os avanços e desafios da intervenção do profissional do Serviço Social junto ao CMEI Quatro de Março, localizado no município de Matinhos/PR e entender quais são as atribuições privativas desta categoria profissional.

Para compreender e analisar o objeto de pesquisa, foi utilizado no momento a revisão bibliográfica. Assim, FONSECA, 2002, p. 32 define que a revisão bibliográfica

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Reconhece-se que a revisão bibliográfica foi de extrema importância para a realização deste estudo, tendo em vista que é somente com a revisão teórica que pode-se fundamentar a pesquisa realizada, compreendendo-se quais são os autores que versam sobre a temática escolhida e que foram selecionados para comporem a estrutura desta produção acadêmica, entendendo que estes autores/pesquisadores compreendem a temática a ser estudada.

Após a revisão bibliográfica, foi necessário compreender o que é pesquisa de campo. Neste sentido, o GONSALVES (2001 p. 67) apresenta que a pesquisa de campo é

Tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

A pesquisa de campo fora realizada no CMEI Quatro de Março, (Centro Municipal de Ensino Infantil) localizada no bairro Tabuleiro - Matinhos/PR, tal instituição escolar atende crianças de 02 anos a 5 anos de idade e 11 meses. Recebendo os/as filhos/as das/dos trabalhadores que precisam deixar seus filhos sob o cuidado do aparelho do Estatal, para que sejam iniciados a alfabetização, processo este que ocorre de forma sempre lúdica.

No processo de pesquisa de campo foi utilizada a entrevista, por ser uma técnica conforme ROSA e ARNOLDI (2006, p. 17)

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

O sujeito da pesquisa foi a Assistente Social/Diretora com a intenção de (re)conhecer a realidade do fazer profissional do Serviço Social e como desenvolve-se o trabalho interdisciplinar.

Neste sentido, a pesquisa teve como o objetivo geral, **conhecer e compreender a atuação profissional da/do Assistente Social na equipe multiprofissional do CMEI “Quatro de Março” em Matinhos/PR – 2016/2**, bem como as atribuições privativas desta categoria profissional, reconhecendo que existem instrumentais técnicos que são somente de propriedade das/dos Assistentes sociais, como as intervenções no social, elaboração de relatórios/estudos sociais, realização de visitas técnicas que contemplem a vida dos sujeitos e como está disposto o seu grupo familiar, renda, entre outros. E os objetivos específicos foram: compreender o papel profissional do Serviço Social na Educação Infantil; compreender as Legislações vigentes em torno ao tema; sistematizar o quadro teórico e político do Serviço Social na Educação; analisar as ações do Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar; e, analisar a atuação do Serviço Social em ações de Saúde e Educação.

Esta pesquisa será qualitativa, conforme, Silva e Menezes (2001, p. 20)

[...] a estratégia da pesquisa do ponto de vista de abordagem do problema, classificada como qualitativa, considera uma relação dinâmica entre o mundo real e o pesquisador. Tem como base a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e tem como focos principais de abordagem o processo e seu significado.

A pesquisa qualitativa possibilita ao entrevistador/pesquisador colher dados sobre o cotidiano dos sujeitos, como ocorrem suas relações de trabalho, com ela pode-se conhecer um pouco da realidade do sujeito entrevistado, bem como seus sonhos, críticas a respeito de como ocorre a gestão dos impostos por parte do governo, ou seja, abarca todo o sujeito em sua complexidade.

É importante destacar que o tema em questão foi escolhido por conta da aproximação acadêmica do autor com o CMEI Quatro de Março, em seu momento acadêmico de realização do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II, que resultou a compreensão do espaço sócio ocupacional do Serviço Social na educação infantil, de modo ter a clareza da relação do conhecimento adquirido na universidade com a prática do Assistente Social, isto é, a relação do campo teórico e prático.

Com aproximação do estágio, entendeu-se que uma das atuações das/dos Assistentes Sociais é no que tange a evasão escolar, que está relacionado com a “questão social”, porém esta temática será abordada nos próximos capítulos desse TCC.

Outro ponto observado, é que existe poucos espaços escolares que tem em seus quadros um profissional de Serviço Social. Neste sentido, foi observado a importância da inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação, sabendo que estes profissionais realizam diariamente intervenções, atuam nas políticas públicas e sociais, no âmbito municipal, estadual e federal.

Sobre a inserção das/dos Assistentes Sociais na Educação, pontua-se que este profissional contribui no sistema educacional, tendo em vista que estes profissionais reconhecem a realidade social da educação e partir deste reconhecimento realizam mapeamentos que visam a melhoria das condições de acesso a política de educação.

A atuação de forma interdisciplinar com os agentes da instituição educacional e em rede com os demais equipamentos sócio assistenciais disponíveis pode contribuir de forma significativa para melhorar as condições de estudo/vida das/dos estudantes da rede pública de ensino. Fica claro que o ambiente escolar necessita da inserção deste profissional, observando que existem as mais várias expressões da “questão social”, que muitas vezes não estão sendo trabalhadas nas instituições de ensino, por conta da ausência deste profissional.

Após reconhecer os avanços da área educacional no Brasil nos últimos anos e em como os programas sociais auxiliam no acesso e permanência de muitas crianças e adolescentes nas escolas públicas de diversos municípios brasileiros possuindo a clareza que estes programas possuem condicionalidades de permanência e que uma delas é a frequência escolar; percebe-se que os genitores encaminham seus filhos diariamente para as escolas, verificam as condições de saúde deles e desta forma estas crianças e adolescentes tem a chance de não terem suas mãos de obra exploradas, contribuindo para que seja garantido seus direitos constitucionais.

Feito este reconhecimento da importância dos programas sociais, é importante expor-se que diariamente nas instituições de ensino público é solicitado aos profissionais à realização de encaminhamentos/acompanhamentos para a rede sócio assistencial, visando a proteção destas crianças e adolescentes em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma vez que a/o Assistente Social não está inserido no âmbito educacional, não se realizam mapeamentos de cunho socioeconômico com a finalidade de caracterizar a população usuária da política da educação, tampouco acontece a criação/efetivação de projetos/programas que visem a orientar as famílias e que atuem na prevenção da evasão de alunos e que contribuam para o melhoramento dos índices educacionais e que as/os alunos/alunas sejam preparados para exercerem a cidadania, percebe-se que estes estabelecimentos de ensino perdem significativamente com a falta da atuação de assistentes sociais reconhecendo que estes profissionais atuam com uma perspectiva crítica da realidade encontrada e que as/os Assistentes Sociais buscam transformar a realidade social e que estes se articulam com toda a rede de apoio familiar e institucional para que não ocorra a violação dos direitos garantidos na constituinte de 1988.

No decorrer da experiência de estágio II no CMEI compreendeu-se que as atividades desenvolvidas pela Assistente Social contemplam o exposto nos artigos 4º e 5º da Lei nº. 8662/93 que regulamenta a profissão e que a prática profissional desta Assistente Social não está embasada sobre uma única demanda, e sim em várias e que esta Assistente Social conhece a realidade local em sua totalidade.

Almeida (2000, p.2) explica que a prática do Assistente Social no âmbito escolar significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais.

Percebe-se então que é necessário que ocorra a ampliação do número de Assistentes Sociais que atuem na política de educação, no combate as expressões da “questão social”.

CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: Apontamentos

1.1 O Serviço Social na Educação Infantil

Antes da Revolução Industrial no mundo o modo de produção feudal permitia que as famílias fossem maiores, uma vez que era necessário realizar todo o processo produtivo, desde a retirada da matéria prima até o seu aprimoramento. No decorrer dos anos que se seguiram com o avanço da Revolução Industrial, as famílias e a forma que ela estava organizada foram sendo alteradas. BRANDOLI (2012, p. 42) pontua:

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos, utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres. Em função da crescente participação dos pais no trabalho das fábricas, fundições e minas de carvão, surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento das crianças. Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas (RIZZO, 2003). As atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas voluntárias.

A partir deste fato, evidenciou-se que estas mães mercenárias cuidavam de muitas crianças ao mesmo tempo, surgem então as primeiras instituições relacionadas ao cuidado destas crianças que necessitavam estar sob o cuidado de outros adultos enquanto as suas mães saíam para trabalhar, vale lembrar que a mão-de-obra de crianças também eram utilizadas neste período, tendo em vista que suas mãos eram pequenas e mais ágeis, realizando então trabalhos referentes a limpeza dos maquinários das fábricas.

Este trabalho mutilou muitas crianças que eram substituídas por outras, gerando assim um grave problema social. Reconhecendo este problema a sociedade da época reorganizou-se e compreendeu que as crianças necessitavam de um espaço onde pudessem ser cuidadas e além disso possuir uma característica pedagógica, pode-se dizer que as primeiras escolas surgiram na Europa e nos Estados Unidos.

Compreende-se que a concepção de criança foi historicamente formulada e alterada com o passar dos anos, outro fator importante de ressaltar é que as noções

de concepção sobre a criança são alteradas conforme o grupo social onde estas crianças estão inseridas.

As mazelas da “questão social” podem levar uma criança a ir trabalhar, enquanto outra que possui condições financeiras melhores será protegida de iniciar a vida tão cedo no mercado de trabalho.

No Brasil, as creches criadas apresentavam características assistencialistas diferenciando-se das instituições criadas no exterior que apresentavam um formato pedagógico, porém, buscavam atender as mulheres que saíam de suas casas para laborar.

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Nos últimos anos, no Brasil, a educação pública sofreu alterações posteriores a promulgação da Constituição Federal de 1988, apoiada no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº. 8.069/90 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº. 9.394/96, compreendendo a educação como uma política social que busca garantir direitos sociais, que dialoga com outros programas, buscando a diminuição das mazelas ocasionadas pela “questão social”, reconhecendo que os poucos direitos sociais implementados estão sofrendo com um ideal neoliberal que busca a privatização deste direito da educação e também do tripé da seguridade social brasileiro.

A escola deve possuir uma função social, formando cidadãos e trabalhadores, que futuramente, na vida adulta terão que buscar a sua inserção no mercado de trabalho, não esquecendo-se de que a qualificação profissional é a possibilidade de um melhor posicionamento da venda de mão de obra, observando isto, trazemos o disposto no artigo 22 da LDB;

(...) A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Capítulo II da Educação Básica, Seção I, LDB).

Diante o supracitado, é necessário ter-se em conta que estes profissionais que atuam na educação infantil desenvolvem um trabalho em consonância com os dispostos no ECA e na LDB, possuindo a clareza que a escola contribui para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas não é somente este espaço que é responsável por isto, vejamos quem mais está incumbido desta tarefa.

*Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
(Lei nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).*

Percebe-se então, que o Estado assegura na Carta Magna o direito à educação, após grande pressão política realizada pela sociedade de modo geral a escola desvinculou-se da assistência, compreendendo então que estas crianças também são sujeitos de direitos e que a obrigação da educação é um dever do Estado.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira e busca o desenvolvimento integral das crianças até 06 anos de idade, que vise complementar a educação que seus genitores estão realizando, esta fase da educação básica não é obrigatória, em consonância com o documento “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (Brasil 1998a) percebe-se que a escola deve: educar; cuidar; ser um espaço onde a criança possa brincar; aprender em situações orientadas; interação com outras crianças e adultos; compreender a diversidade e a individualidade, aprender de forma significativa, conhecimentos prévios que contribuirão para a continuidade de sua trajetória educacional, resolução de problemas, proximidade com as práticas sociais reais e educar crianças com necessidades especiais.

Embora o Estado Brasileiro tenha avançado na elaboração das legislações educacionais, diversas lacunas nos investimentos técnicos e financeiros são percebidos, BARRETO (1998, p.25) doutrina:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a

separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar.

A/O Assistente Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº. 8662 de 13 de junho de 1993 e suas competências profissionais estão dispostas no art. 4º da referida lei.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - [\(Vetado\)](#); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, LEI nº. 8662/93).

A inserção da/do Assistente Social nesta política é extremamente necessária tendo em vista que diariamente são as mais variadas demandas que chegam para este profissional dentre elas podemos destacar: desigualdade social, situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza, dificuldade no acesso às políticas públicas, violação de direitos constitucionais, dificuldade no acesso formal ao mercado de trabalho, questões de saúde e como ela afeta a vida do indivíduo, violência contra as/os infantes, idosos, mulheres, e na falta de acesso a política de educação e a evasão escolar, que pode ser resultante das expressões da “questão social” supracitadas.

Estas demandas estão evidenciadas nas escolas, ficando clara a necessidade de inserção deste profissional na educação, para que este desenvolva/construa uma intervenção qualificada, fundamentada no Código de Ética das/dos Assistentes Sociais e nas legislações pertinentes a esta temática.

De acordo com o ALMEIDA (2000, p. 20) é necessário a esta categoria profissional ter como perspectiva dois eixos fundamentais:

“A posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional”.

Evidencia-se que ao profissional que atua nesta seara é necessário que ele atue de forma articulada com o projeto ético político da profissão, reconhecendo que a escola pública é precária e ao mesmo tempo em que incluiu diversos segmentos sociais, também os excluiu, e neste sentido o Assistente Social deve trabalhar para que haja a maior inserção de estudantes na escola, observando os processos de evasão escolar e atuando para que ela não aconteça, implementando os programas federais e buscando promover o seu acesso pela população que atende as condicionalidades e ao mesmo tempo deve atuar articulado com a rede de serviço socioassistencial disponível, construindo possibilidades que também contemplem a parcela da população que necessita de seu trabalho, possuindo a clareza que é por meio da participação popular que a política de educação será melhorada e não sofrerá retrocessos dos mais variados interesses existentes.

No âmbito escolar, o Serviço Social está articulado com a equipe multiprofissional das escolas públicas e atua diariamente com docentes das mais variadas áreas do conhecimento, pedagogos, psicólogos, educadores infantis e os outros profissionais que trabalham na manutenção e no funcionamento deste espaço.

Na escola acontecem relações com a família e vice-versa, neste sentido é importante salientarmos que a participação dos pais e responsáveis neste processo é extremamente importante, e que eles devem participar da definição das propostas educacionais e dos seus respectivos processos pedagógicos.

Ao Assistente Social que atua na educação é importante que ele pautas suas ações na estrutura básica do projeto ético político da profissão e sempre atue em consonância com o código de ética da profissão, faz-se necessário que articule com a rede socioassistencial disponível na região de trabalho e intervenha na localidade que está atuando, reconhecendo que este profissional terá os mais variados atravessamentos e que é necessário que ele atue nas mais variadas expressões da “questão social”.

O Assistente Social é “um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para mudar os rumos de sua história”. (IAMAMOTO, 2007, p.49).

Possuindo a clareza disto, a/o Assistente Social deve fundamentar todos os seus processos interventivos, atuando sempre em prol da classe trabalhadora e na não redução dos mínimos socialmente conquistados, reconhecendo que as políticas sociais estão sendo condicionadas a lógica mercadológica.

“Com a crescente subordinação das Políticas Sociais à lógica das reformas estruturais para a estabilização da economia, mesmo que não se avance para a privatização total da área social, constata-se uma redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas sociais. A redução de recursos tem significado uma deterioração dos Serviços Sociais públicos, compreendendo a cobertura universalizada, bem como a qualidade e a equidade dos serviços”. (YAZBECK, 1997:9).

Diante ao exposto, é necessário que o Assistente Social atue na complexidade da realidade social brasileira, observando que outros fatores também perpassam esta política, como o baixo rendimento escolar, dificuldade no aprendizado e a evasão escolar.

Com relação a inserção deste profissional na educação infantil, temos a pontuar que ela acontece em consonância com os dispositivos legais existentes e que a falta de uma legitimação deste profissional neste espaço abre lacuna que muitas vezes fica sem ser preenchida, dada a falta de espaços profissionais para esta categoria profissional. Porém, a categoria profissional já apresenta propostas para a área da educação.

A falta da/do Assistente Social nas instituições ocasiona a perda de dados relevantes sobre a “questão social”, observando que uma das competências desta categoria profissional é realizar o registro das demandas que chegam diariamente para ele/ela em seus setores de trabalho, lamamoto (2009, p.25) recomenda que

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho (...) dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam.

Observa-se neste ponto que o profissional que atende o supracitado conhece bem as expressões da “questão social” que estão em torno do seu local de trabalho e desta forma pode contribuir para a melhoria nos índices de educação, saúde, habitação, meio-ambiente, redução das violências; física, moral, psicológica, financeira e sobretudo nas questões de pobreza da população.

É nas escolas e com a participação popular que poderemos alcançar uma sociedade mais igualitária, uma escola mais forte e democrática, que esteja aberta ao diálogo, reconhecendo que todas/os sujeitos possuem direito na construção de um país melhor.

1.2 O Projeto Ético Política do Serviço Social e a Articulação com a Política de Educação.

Ao decorrer da história do Serviço Social brasileiro sabe-se que inicialmente ele possuía forte vínculo com a igreja católica e estava influenciado sob a perspectiva norte americana.

O Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, mas somente no ano de 1953 é que o curso superior foi regulamentando, através da promulgação da Lei nº. 1889/53, posteriormente pelas Leis nº. 3.252 de 1957 e Decreto nº. 994 de 15 de Maio de 1962.

As/os Assistentes Sociais da época observaram que mudanças na categoria profissional eram necessárias, então iniciaram a construção de um projeto que visasse contemplar os indivíduos de forma individual e coletiva, este projeto foi denominado Projeto Ético Político da Profissão.

Tal projeto teve sua gênese na década de 1970 e seu marco com a realização do III CBAS – “Congresso da Virada”, avançou pela década de 1980 (momento importante para a história brasileira, tendo em vista que é na década de 80 que ocorre a promulgação da Carta Magna, a redemocratização do Estado Brasileiro e o fim da ditadura militar, o Projeto Ético Político do Serviço Social ganhou maturidade na década de 1990 (momento da história brasileira que ocorre a ampliação do neoliberalismo no Brasil) é importante pontuar que tal projeto está comprometido com a construção de uma nova ordem societária que possua um caráter democrático e vise garantir os direitos universais da população, outro ponto importante deste projeto é que ele versa sobre o rompimento com as práticas conservadoras de atuação. Yasbeck, ensina que a formulação de um projeto ético-político abarca:

(...) um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes, e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK, 2004, p. 12).

Para Projeto Ético Político possuir um bom desenvolvimento e aprofundamento alguns fatores devem ser levados em consideração, dentre eles, destaca-se: o cenário político, tendo como norte a luta da população por espaços mais democráticos que considerem os anseios da população, reconhecendo que é necessário aos Assistentes Sociais que desenvolvam um frequente diálogo com as ciências sociais e que ocorra um frequente debate em torno de como vêm acontecendo a formação profissional, construindo novos perfis profissionais que considerem a “questão social” e a democracia.

O Projeto Ético Político do Serviço Social pauta-se na liberdade dos sujeitos de direitos, está comprometido com a autonomia e emancipação e propõe a construção de uma nova ordem social, possuindo posicionamento favorável a equidade e justiça social, atuando sempre na ampliação dos direitos socialmente conquistados, prezando a socialização das riquezas produzidas e a participação política da população na formulação das políticas públicas.

Sob a perspectiva profissional o projeto preza pelo constante melhoramento profissional não esquecendo-se de que os processos de pesquisa/investigação contribuem para que isto aconteça, observando que é necessário que ocorra a construção de uma nova forma de relacionamento com as/os usuários dos serviços que são oferecidos aos sujeitos e que estes tenham ciência dos seus direitos e que saibam quais são os recursos que a instituição dispõe, articulando as deliberações

institucionais com os interesses das/dos usuários/as, não esquecendo-se de atuar de forma multidisciplinar com as outras categorias profissionais que reconheçam a luta de classe trabalhadora, para que juntos construam alternativas no enfrentamento das mazelas ocasionadas pela “questão social”. Iamamoto (1998) indaga:

Como reforçar e consolidar este projeto político profissional em um terreno profundamente adverso; como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios éticos políticos que o norteiam. Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO:1998, p.113-114).

Ao analisar o projeto ético político do Serviço Social, percebe-se que é necessário ao Assistente Social que esteja inserido na Política de Educação que ela/ele reconheça o supracitado e atue de modo que contemple a efetivação deste direito. No que tange a atuação da Assistente Social no CMEI Quatro de Março, evidencia-se que a mesma possui clareza acerca do projeto e do que nele está exposto, bem como seu compromisso com a sociedade.

1.3 O Serviço Social no CMEI Quatro de Março

Inicialmente trazemos uma breve contextualização sobre o CMEI Quatro de Março; na década de 1960 a referida escola funcionava na residência das pessoas do bairro tabuleiro, localizado no município de Matinhos/PR e atendia pelo nome de Escola Isolada do Tabuleiro, no ano de 1962 a referida escola passou a chamar-se Escola do Tabuleiro. No ano de 1972, conforme o disposto no Anteprojeto de Lei nº. 055/79 passou a denominar-se Escola Municipal do Tabuleiro.

Com a deliberação de nº. 020/86 e 003/98 ambas do Conselho Estadual de Educação e conforme consta no parecer nº. 2399/98 da Coordenação de Estrutura e Funcionamento fora permitido o funcionamento de uma classe especial na área de deficiência intelectual.

Já com a Resolução de nº. 3786/82 a escola passou a ter o nome de Escola Municipal Quatro de Março, sendo então autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental, esta autorização foi renovada por tempo indeterminado a partir do ano letivo de 1999, conforme o disposto na Resolução nº. 900/99 e parecer nº. 2458/99, com isto a escola teve outra alteração em seu nome e passou a chamar-se Escola Municipal Quatro de Março – Educação Infantil e Ensino Fundamental, possuindo

então autorização para o funcionamento de Educação Infantil, além disto a escola possui um ato de autorização sob o nº. 1422 de 03/03/2007.

Após o mês de julho de 2008 a Escola Municipal Quatro de Março deixou de ofertar o ensino fundamental e os estudantes foram transferidos para outra escola da região, a Escola Municipal Francisco dos Santos Júnior (popularmente conhecida como Complexo) porém a educação infantil e especial continuou sendo oferecida nesta escola.

No ano de 2013 o CMEI Quatro de Março deixou de realizar matrículas para alunos com deficiência, sendo então estes alunos de responsabilidade da Escola Municipal Francisco dos Santos Júnior, não atendendo os dispostos da educação inclusive.

O CMEI Quatro de Março tem como objetivo oferecer a toda comunidade escolar uma escola democrática, que conscientize seus alunos sobre as ações que ocorrem dentro e fora da escola, fomentando o debate que vise à pluralidade cultural em conjunto com a comunidade. Entende-se que a escola deve ser um ambiente que contribua para a socialização de seus estudantes e que é necessário que os mesmo adquiram valores éticos e morais e que se construa a identidade e capacidade de relacionar-se e interagir em sociedade e que sejam proporcionadas aos educandos situações para o seu desenvolvimento social, cognitivo, psicomotor, possibilitando aprendizagens básicas que sejam capazes de auxiliar na sua relação/ação com o meio e na leitura crítica do mundo em que vivemos, sendo necessário que ele seja um cidadão consciente e participativo.

Para alcançar os Objetivos supracitados, o CMEI Quatro de Março conta com objetivos específicos que são: a relação entre a escola e a família, relações entre

os infantes, o papel do educador nas relações entre as crianças/adultos, objetiva promover autonomia para as crianças, bem como sua responsabilidade, respeito, solidariedade, e respeito ao bem comum, também conta com objetivos políticos: direitos e deveres da cidadania, exercício da criticidade e respeito à ordem democrática; objetivos estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade, qualidade e diversidade das manifestações artísticas e culturais.

O Serviço Social do CMEI Quatro de Março atua articulado em rede, buscando a redução da desigualdade social, melhoramento dos índices de saúde, , firmou parceria com a Universidade Federal do Paraná. Almejando o acesso dos infantes aos mais variados direitos constitucionais disponíveis. Além disto o CMEI conta com parceiros nesta empreitada, sendo as seguintes instituições: ONG Maria Goretti; Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Matinhos/PR; Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Matinhos/PR; Secretaria Municipal de Assistência Social de Matinhos/PR; Secretaria Municipal de Saúde de Matinhos/PR; Unidade Básica de Saúde do bairro Tabuleiro - Matinhos/PR;

Sobre o trabalho em rede temos a pontuar que ele é de extrema importância para a instituição e constitui-se num grande desafio para as/os profissionais que atuam nas políticas públicas existentes e em como estes projetos desenvolvidos pela rede melhorarão a vida das/dos estudantes e seus familiares.

Observando isto o Serviço Social reconhece a necessidade de um trabalho interventivo que contemple também ações preventivas de saúde com os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), percebendo que os fatores de saúde também podem influenciar no rendimento escolar das crianças, bem como os sociais e culturais e podem vir a ocasionar evasão escolar.

Além disso, o Serviço Social também presta orientação e encaminhamentos para a rede da assistência social do município, possuindo como uma das principais demandas, o encaminhamento/orientação para o Programa Bolsa Família (PBF); tal programa é destinado às famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social que estejam em situação de pobreza e de extrema pobreza, em todo o Brasil, com este programa o Governo Federal busca promover a garantia das famílias ao acesso à alimentação, saúde e educação, o PBF possui condicionalidades

e uma delas é estar com a criança e/ou adolescente matriculado na rede de ensino e obter 85% da frequência escolar.

De acordo com informações retiradas do portal na internet do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, no Relatório de Informações Sociais, verificou-se que Matinhos/PR possui 6.775 famílias inscritas no CadÚnico do Governo Federal (caso a família não esteja inclusa neste sistema não consegue acessar o rol de benefícios disponíveis), até o mês de junho do corrente ano e a caracterização da renda familiar está disposta da seguinte forma:

1.144 famílias possuem a renda *per capita* de até R\$ 85,00;

1.239 famílias apresentam renda *per capita* que varia entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00;

2.637 grupos familiares tem renda *per capita* entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo;

1.755 tem renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

No que tange ao Programa Bolsa Família, sabe-se que ele é um programa de transferência de renda e que no mês de setembro de 2016 beneficiou 1.391 família no município de Matinhos, cobrindo 117,5% da estimativa de famílias pobres do município, o média do valor dos benefícios é de R\$ 158,41, e o mesmo relatório também apresenta que no primeiro bimestre de 2016 a frequência escolar das crianças e dos adolescentes alcançou 88,4%, para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade, não contemplando as crianças que são atendidas nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Já, o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 67,0%, este percentual equivale a 633 famílias de um total de 945 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Reconhece-se então que o PBF auxilia as famílias com a transferência de renda realizada pelo Governo Federal Brasileiro, esta medida auxilia na redução da evasão escolar e também promove o controle da frequência escolar das crianças e adolescentes matriculados nas redes de ensino público. Estes programas, segundo Boschetti (2004, p.111) são

(...) reconhecidos legalmente e implementados como direitos e possibilitam aos cidadãos se manter sem depender do mercado, contribuindo, assim, para mudar a relação entre cidadania e classe social, ainda que as relações econômicas e sociais não tenham sido estruturalmente transformadas no sentido de extinguir a sociedade de classes.

Após conhecer a dinâmica do PBF, buscou-se conhecer a porcentagem de estudantes que recebem a transferência de renda para os respectivos grupos familiares, na ocasião evidenciou-se que das 260 crianças (134 crianças do gênero masculino e 126 crianças do gênero feminino) matriculadas no CMEI Quatro de Março, 65 alunas e alunos recebem o Bolsa Família.

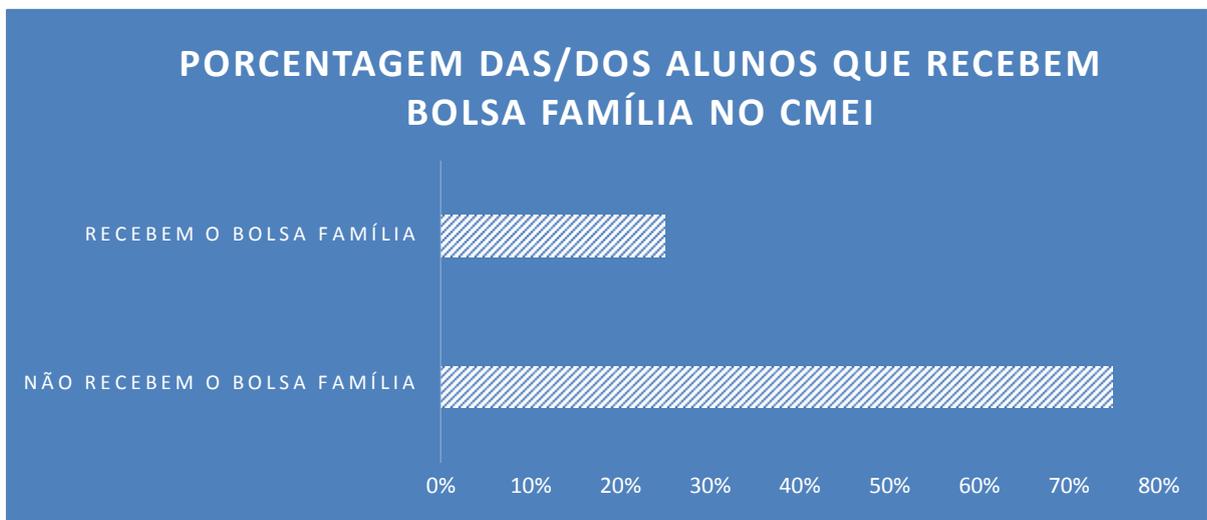


IMAGEM 01: GRÁFICO COM A PORCENTAGEM DOS ALUNOS/ALUNAS QUE RECEBEM A TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Após conhecer a quantidade de estudantes da instituição que recebem a transferência de renda, realizou-se um recorte de gênero, onde verificou-se que:

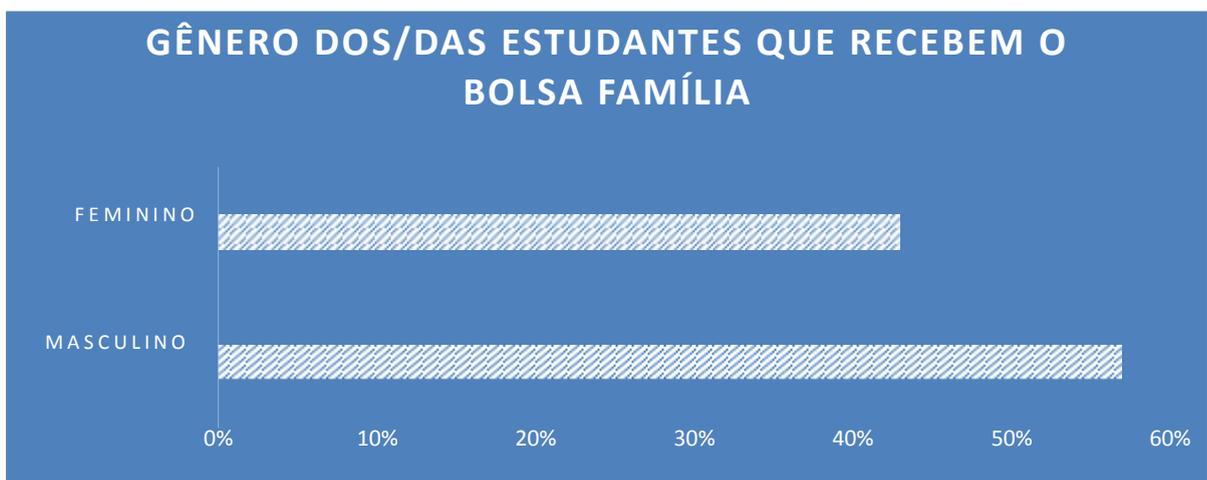


IMAGEM 02: GÊNERO DAS/DOS ESTUDANTES DO CMEI QUATRO DE MARÇO QUE RECEBEM O BOLSA FAMÍLIA.

Além disso, o Serviço Social da instituição também desenvolve um trabalho de controle da evasão escolar de seus alunos, atuando para que o direito de acesso à política de educação não seja violado.

Posteriormente, no segundo capítulo deste trabalho, adentrar-se-á com maior profundidade neste tema.

CAPÍTULO II: AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NO CMEI QUATRO DE MARÇO

2.1 CMEI Quatro de Março: alguns apontamentos sobre os dados da evasão escolar

A evasão escolar é temática de vários estudiosos na educação. Assim, BOLORINO (2012, P. 198) afirma que a evasão escolar

[...] é um fenômeno preocupante na política de educação. Garantir juridicamente o acesso à educação é apenas a primeira etapa do processo. Fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública. Portanto, essa é uma das demandas para o Serviço Social [...], para identificar os motivos da evasão escolar, precedendo uma intervenção junto à criança e a família com vistas ao retorno da criança para a escola, até intervenções mais amplas.

Neste sentido, a evasão escolar ocorre de forma frequente em nosso país e torna-se um desafio cada vez mais frequente nas instituições de ensino que compõem a rede pública de ensino e privada, estas evasões ocorrem por diversos fatores, dentre eles, destacam-se: a distância da escola da onde a comunidade vive; carência/dificuldade no transporte público; baixo interesse dos pais e/ou responsáveis no envio das crianças/adolescentes; também pode dar-se pela falta de um adulto que acompanhe os estudantes no trajeto para a escola; ou até mesmo por conta de alguma deficiência que o estudante possua e na dificuldade que as/os alunos/as encontram nos processos de aprendizagem.

Tendo em vista estes fatores, o CMEI Quatro de Março atua no combate à evasão escolar dos infantes que estão inseridos na instituição, atuando articulado com o Conselho Tutelar do município de Matinhos/PR, observando que este conselho desenvolveu um formulário que busca prevenir esta demanda, pautado no ECA (que versa sobre os direitos das crianças e dos adolescentes).

Neste sentido, realizou-se uma entrevista, com a Gestora/Diretora do CMEI Quatro de Março que apresentou informações significativas para compreender a evasão escolar, como expressão da questão social e quais são os enfrentamentos

A **entrevistada A** exerce a função de Diretora da do CMEI Quatro de Março, além de Assistente Social (formação acadêmica na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral – 2010), também possui formação acadêmica na área da Pedagogia (graduação realizada na Universidade Castelo Branco – 2010), e Pós Graduação “Lato Sensu” em Gestão Escolar e aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola. A entrevistada será identificada neste TCC como **entrevistada A**.

2.1.1. CMEI QUATRO DE MARÇO: compreendendo algumas expressões da questão social

A **entrevistada A**, no tocante as expressões da questão social vivenciada no CMEI, a mesma destaca duas expressões, sendo a evasão escolar e o bullying.

Neste sentido, a **entrevistada A** afirma que,

A evasão escolar historicamente permeia as discussões, as reflexões e os debates no âmbito da educação, uma vez que, até os dias de hoje, essa temática tem sido notória como uma manifestação da questão social em nossa sociedade.

Em virtude disso, em nossa Unidade escolar observamos diariamente a respeito dos rumos que a evasão tem tomado e o dever da família, da escola e do Estado para a permanência do aluno, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases.

A secretaria de educação chamou para somar a essa realidade a Assistente Social para fazer parte do quadro de profissionais para fazer um trabalho preventivo e de encaminhamentos para enfrentamento a questão da evasão escolar.

Reconhece-se a atuação da Assistente Social da Secretaria de Educação no enfrentamento das evasões escolares, bem como a realização das visitas domiciliares e no CMEI's que compõem a Rede de Ensino Infantil do Município de Matinhos/PR.

Na busca de resolutividade quanto a evasão escolar, **entrevistada A** apresenta que,

Uma parceria entre Secretaria de educação, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS fez mudar a realidade das nossas crianças e do índice de infrequência e desistências em nosso Município, esse trabalho vem somando com os resultados da nota do nosso Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

Ao verificar-se estas parcerias com a rede socioassistencial disponível percebe-se o quão importante é a prática do Assistente Social nas instituições educacionais, entendendo que estes profissionais conhecem as demandas ocasionadas pela “questão social” e buscam intervir no cotidiano de seus usuários das políticas públicas, nesta ocasião, na política pública de educação. Ao verificar que o CMEI está articulado com estes mecanismos, compreende-se que este trabalho desenvolvido vêm melhorando os índices de permanência e de qualidade no ensino público.

No tocante da compreensão da **entrevistada A** sobre a evasão escolar como expressão da questão social, ela afirma que,

A evasão escolar como uma expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de prejuízos tanto para sociedade civil como para a própria criança.

Compreendendo isto a profissional busca atuar na redução da evasão escolar no Centro Municipal de Ensino Infantil, reconhecendo que o não acesso a política de educação pode gerar demandas futuras para outros equipamentos socioassistenciais da rede do município de Matinhos/PR. Portanto, promover o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas reduz esta demanda, pois é somente através do estudo que estes usuários da política de educação podem vender melhor a sua mão-de-obra no mercado de trabalho e promover a cidadania.

Um outro aspecto, observado pela **entrevistada A**,

Outra questão, que chama atenção quanto a expressão da questão social é o bullying dentro da escola, no caso desde o início do ano letivo as educadoras e atendentes desenvolvem trabalhos preventivos através de histórias infantis, teatros e brincadeiras, considerando que a criança traz de casa em alguns momentos esse conceito e que a escola deve trabalhar de maneira clara e objetiva para que a criança entenda que somos todos diferentes mas devemos respeitar o outro.

O Serviço Social a partir de aproximações com a realidade local verificou que a violência é uma das expressões da questão social que está presente em alguns momentos da comunidade local. No dia a dia algumas crianças apresentam comportamentos alterados que devem ser trabalhados em conjunto com a família, a família deve ser parceiro da escola para que a criança se sinta protegida, acolhida e que não reflita as violências que muitas vezes são vivenciadas dentro da casa.

O bullying é uma situação que se caracteriza por **agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas**. O termo bullying tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão. É entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato. Verificou-se que a Assistente Social, bem como as/os demais integrantes da equipe profissional do CMEI buscam reduzir o bullying na escola. Tendo ciência de que ele é prejudicial para as crianças e que deve ser prevenido já nos primeiros estágios da educação.

A violência na família é outra expressão da “questão social”, ela pode ocorrer de forma física, sexual, patrimonial, psicológica e financeira e pode levar a criança a reproduzir comportamentos diferenciados das/dos demais crianças. Nesta expressão o Assistente Social também deve atuar com uma perspectiva intervencionista de prevenção destas violências e caso elas ocorram e o Assistente Social tome ciência, deve encaminhar a vítima para as instituições de referências, buscando a integridade da vítima e de sua família.

2.1.2. CMEI QUATRO DE MARÇO: buscando alguns enfrentamentos das expressões da questão social.

A entrevistada A, aponta que,

A comunidade escolar atendida no CMEI, é diversificada, atende-se crianças da classe baixa e média, atendemos famílias de zeladores, funcionários públicos, diaristas, empresários, serviços gerais, enfim, toda a classe trabalhadora.

O acesso e o direito a educação gratuita a todos é um grande enfrentamento das expressões da “questão social” observadas no CMEI. A escola atende crianças de 02 a 05 anos e 11 meses de idade.

Neste sentido, Carvalho e Iamamoto (1983, p.77) apontam que a questão social são

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Compreender que a população atendida no CMEI são filhos e filhas da classe trabalhadora mostra que a Assistente Social reconhece seu papel intervencionista e que deve também destinar um olhar para esta classe no cotidiano de sua atuação profissional.

A **entrevistada A**, também aponta que,

Para a efetivação da matrícula no Maternal II as crianças já vem de outros berçários como: Cantinho Feliz (Tabuleiro), Raquel Silvino (Centro de Matinhos/PR) e Reino da Alegria também localizado no centro da cidade. Essas crianças têm seu direito garantido visto que já são da rede de ensino público infantil. Durante o ano letivo muitas mães procuram a escola e não conseguem vagas para efetivar a matrícula. Uma grande procura de acesso à escola é para a genitora uma grande dificuldade, visto que poucas vagas sobram no nosso CMEI e com isso poucas crianças terão direito as vagas em aberto.

Ao analisar-se este ponto, percebemos o que os espaços educacionais do município não respondem as demandas, ocasionando na dificuldade em conseguir-se uma vaga no ensino público nas proximidades de casa, fazendo com que as pessoas tenham que deslocar-se para outras regiões do município, para que seus filhos possam ir à escola e outras questões que perpassam

Outra expressão da questão social apontada pela **entrevistada A** é o cuidado à saúde,

Outra questão muito difícil de enfrentamento em nosso CMEI é a questão da higiene da criança.

Muitas educadoras trabalham sobre higiene com os pequenos, mas é uma dificuldade enfrentada diariamente na escola, visto que algumas famílias não percebem a importância dessa questão.

A falta de orientação da família é outra preocupação do CMEI, o grupo familiar é chamado para receber orientações e perceber a importância de uma boa higiene pessoal, neste sentido o CMEI desenvolve um trabalho de rede com a Unidade Básica de Saúde do bairro Tabuleiro, nossa parceria, envolve o atendimento nas questões de saúde destes pequenos, entendendo que a saúde é um direito constitucional, exposto no art. 196.

Assim, a saúde no art. 196 apresenta que,

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Ao estabelecer parceria com a Unidade Básica de Saúde do bairro Tabuleiro, o CMEI reconhece que uma boa higiene contribui para que as crianças tenham uma melhor qualidade de vida e que não tenham problemas de saúde

ocasionados pela falta de higiene. A U.B.S Tabuleiro atua em rede com o CMEI, com uma perspectiva preventiva, contribuindo para que o direito a saúde destes pequenos cidadãos seja efetivado.

Também, foi observado pela **entrevistada A**, a expressão da questão social que é a situação de pobreza,

As famílias com baixa renda estão inseridas no Programa Cesta Vida do Governo Municipal com direito a uma cesta básica mensal e demais crianças inseridas no programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família, criado pelo Governo Federal Brasileiro, vem auxiliando muitas das nossas famílias que vivem em situações de pobreza. O programa supre necessidades de diversas famílias carentes e ainda as proporciona o acesso de serviços sociais, de saúde e educação e sem contar que incentiva crianças com idade escolar a não desistirem dos estudos.

O Programa Cesta Vida e o Programa Bolsa Família atendem as famílias matinhenses que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, ambos programas buscam auxiliar as famílias e efetivar seus direitos constitucionais, percebe-se que através destas políticas públicas as famílias enviam seus filhos para as escolas, tendo em vista que manter a frequência escolar é fator determinante para que a família continue recebendo o benefício do PBF, estes programas contribuem para que as crianças mantenham-se afastadas do mercado informal de trabalho, em seus índices de saúde, nutricionais e na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No CMEI Quatro de Março, diversas expressões da “questão social” foram identificadas, percebeu-se no decorrer desta pesquisa que as mães dos alunos procuram a Secretaria do CMEI para obter informações/encaminhamentos para o Centro de Cidadania¹ (onde encontra-se a Secretaria Municipal de Assistência Social do município) e também para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Tabuleiro, ambas instituições atendem a demandas do PBF, juntamente com o CMEI Quatro de Março. Por tratar-se de um benefício fornecido para as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social estas expressões apareceram.

Reconhece-se que a “questão social” não está posta somente para estas famílias que recebem seus benefícios de transferência de renda por parte do Estado, mas sim para toda a classe trabalhadora. Tem-se ciência que é por intermédio das políticas públicas sociais que far-se-á enfrentamento as mazelas da “questão social.

Pôde-se compreender a importância do trabalho das/dos Assistentes Sociais, para a efetivação de direitos para a classe trabalhadora, neste ponto observa-se que este profissional tem de utilizar diversos mecanismos/instrumentais e contar com o auxílio de outras instituições para que não ocorra a violação de direitos das/dos usuários/as. Avalia-se que esta pesquisa realizada no CMEI Quatro de Março contribuiu de forma significativa para compreender-se a Política de Educação e o que ela significa, bem como está organizada a nível nacional, levando-se também em consideração a estrutura da instituição em tela, seus fluxogramas de atendimentos, rotinas, as técnicas utilizadas nos atendimentos aos usuários/as, e como ocorre a resolução das demandas que apresentam-se diariamente neste espaço.

Entende-se que a/o Assistente Social que atua nos CMEI's deve atuar sob a perspectiva de que a população não enfrente retrocessos e não corram o risco de ter seus direitos sociais negados, reconhecendo-se que atualmente o Estado brasileiro vem sofrendo com o sucateamento de suas instituições públicas para que ocorra a privatização dos serviços essenciais para a população, para que isto não aconteça o Assistente Social deve propagar o conhecimento em torno dos direitos constitucionais desta população, possuir comprometimento com uma formação continuada e ter clareza que esta população têm direitos.

É somente com a elaboração de intervenções que contemplem toda a comunidade atendida pelo CMEI Quatro de Março que avançar-se-á nos enfrentamentos das questões sociais que apresentam-se a esta instituição.

¹ Neste portal da internet <https://goo.gl/ftOUgI> é possível verificar todos os serviços prestados;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *O Serviço Social na educação* . Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social . Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000, p. 19-24.

ALMEIDA, N. L. T. *Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação* . 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação . Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BOLORINO, Eliana, Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania / Eliana Bolorino, Canteiro Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

BRASIL – LEI Nº 1.889, DE 13 DE JUNHO DE 1953: Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

BRASIL – LEI Nº 3.252, DE 27 DE AGOSTO DE 1957. Regulamentava o exercício da profissão de Assistente Social.

BRASIL – Lei nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente

BRASIL – Lei nº. 8662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social no Brasil.

BRASIL – Lei nº. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CANÔAS, J. W. Serviço Social e Educação. Serviço Social & Realidade. Franca, v. 16, n. 1, p. 193-200, 2007.

Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão *Aprovado em 13 de Março de 1993 Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. V 18, n.73. Brasília, 2001.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 Cadernos do cárcere, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; **CARVALHO**, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE A FOME: RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. – Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral>, acesso em 19/09/2016 – 22:42.

NIEMANN, F. A. ; **BRANDOLI**, F. Jean Piaget: um aporte teórico para o construtivismo e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul. A PósGraduação e suas Interloquções com a Educação Básica, 2012.

ROSA, M.V.F.P de; **ARNOLDI**, M.A.G.C A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 17.

SILVA, E. L. **MENEZES**, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

YASBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK,M.C. *As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS* . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, mar. 2004.